



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 – CCL/PMC

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

PROCESSO ADM Nº 11.694.009/2025 – SEMSA/PMC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE CORRELATOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene.

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 05/03/2026 às 09:30h - Horário de Brasília

LOCAL: Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Prefeitura Municipal de Calçoene, por meio da Central de Compras e Licitação, sediado(a) Av Antônio Teodoro de Leal, s/n, bairro Centro, na cidade de Calçoene/AP, CEP 68960-000, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO**, destinada a **Registro de preço para Contratação de empresa especializada em fornecimento de Correlatos e Material Odontológicos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, e demais normas vigentes, conforme regras e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

I – Início de acolhimento de propostas:
19/02/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;

II – Data e hora do Pregão:
05/03/2026 às 09h30min – Horário de Brasília;

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital:

1.1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de consumo médico-odontológicos para atendimento das necessidades desta Administração, conforme especificações e quantitativos relacionados no Termo de Referência.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexo I: Termo de Referência.

Anexo II: Minuta Ata de Registro de Preços.

Anexo III: Minuta de Contrato.

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços.

Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

Anexo VI: Modelo de Declaração de não empregar menor.

Anexo VII: Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

Anexo VIII: Modelo de Declaração que não possui parentesco.

Anexo IX: Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Anexo X: Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

Anexo XI: Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

Anexo XII: Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame”.

2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: pmc.cpl01@gmail.com.

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** as empresas que:

3.1.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.2.4. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo VI deste Edital.

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro,



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Órgão, sujeitando o licitante às penalidades da Lei 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada aa PMC poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A sessão pública será realizada no <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde será a provedora do Sistema Eletrônico.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente Edital e Termo de Referência anexo.

4.1.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.1.2. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.1.3. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.1.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.1.3.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.1.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.1.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.1.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.1.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será realizado entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.1.4.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.1.5. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

4.2. Em caso de empate real entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

4.5. A obtenção de benefícios a que se refere este item, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fazer declaração da observância desse limite na licitação conforme Anexo VI deste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

6.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11. O valor final mínimo na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.2. valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

7.1.3. Marca (se houver);

7.1.4. Fabricante (se houver);

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

apresentação.

7.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem) reais.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.11. O modo Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico de disputa será o “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.18.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o Pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.18.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 20.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (<https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. contiver vícios insanáveis;

9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

9.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

10.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

10.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

10.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

10.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

10.2.4.5. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante; e

10.2.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

10.2.4.7. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.2.5.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.2.5.2. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.5.3. os documentos exigidos no item 10.2.5.1. serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.2.5.3.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.2.5.4. os documentos mencionados no item 10.2.5.1. deverão estar na forma da lei.

10.2.5.5. Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 10.2.5.1. deverá ser considerado a data da sessão pública.

10.2.5.6. Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

10.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo LG} &= ; \\ \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} &= \text{Ativo Total} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} ; \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} ; e \end{aligned}$$

10.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

10.2.5.9. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

10.2.5.3. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Pregoeiro promover diligência para correção.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.6.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica:** A empresa licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia no fornecimento de materiais odontológicos ou correlatos.

10.2.6.2. **Registro da Empresa na ANVISA:** A licitante deverá apresentar comprovante de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando exigível, bem como Licença Sanitária válida na data da sessão.

10.2.6.3. Para os itens classificados como produtos para saúde (correlatos), o licitante deverá apresentar comprovação de regularização do produto junto à ANVISA, conforme o regime aplicável, mediante: (i) número de Registro, quando registrado; ou (ii) número de Notificação, quando notificado; ou (iii) comprovação de enquadramento como isento de registro/notificação, quando cabível.

10.2.6.4. A comprovação poderá ser realizada por meio de cópia do comprovante/certificado de registro ou notificação e/ou por consulta/print do sistema oficial da ANVISA, contendo a identificação do produto e do detentor do registro/notificação..

10.2.7. Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta a seguinte documentação complementar:

10.2.6.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo V** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

10.2.6.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste edital;

10.2.6.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo anexo a este edital, conforme modelo constante do **Anexo VII** deste edital.

10.2.6.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do **Anexo VIII** deste Edital;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.2.6.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste Edital, que poderá ser apresentada assinada na etapa contratual para o adjudicatário;

10.2.6.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

10.2.6.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, **Anexo XI** deste Edital;

10.2.6.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo, **Anexo XII** deste Edital este edital;

10.2.8. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.2.11. Na hipótese do item 10.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.12. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.2.13. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

10.2.14. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.2.14.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2.15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.2.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.2.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.2.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.2.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.2.21. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2.22. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.2.23. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.2.23.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.2.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.2.24.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.2.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.2.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.2.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.2.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.2.29. Quando o primeiro colocado for desclassificado em razão da sua inabilitação, o Pregoeiro admitirá o reinício da disputa aberta entre os demais colocados.

10.2.30.1. Na inviabilidade de realização do procedimento indicado no item anterior, o Pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação estabelecida com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente da PMC e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

12.3. Quando houver recurso e o(a) Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Pregoeiro. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão respectivamente aos servidores nomeado através de Portaria pela Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene.

13.2. À fiscalização caberá ainda:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.2.1. Assegurar-se da boa qualidade dos materiais recebidos, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações das marcas e modelos de referência;

13.2.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

13.3. A fiscalização nos moldes do Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Órgão ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de produtos que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da PMC ou de seus agentes e prepostos.

13.4. Ao Órgão caberá:

13.4.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

13.4.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

13.5. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados pelo Fiscal.

13.6. A Nota Fiscal dos materiais entregues deverá ser remetida, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

13.7. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

13.8. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

13.9. O aceite dos produtos prestados por força desta contratação, será feito mediante ateste das Notas Fiscais.

13.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.11. O pagamento será efetuado pelo Órgão até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Gerência de Administração e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Termo de Referência.

13.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.13. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.14. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

13.15. Quando do pagamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE", sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular.

13.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei federal nº 14.133, de 2021.

13.17 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13.18. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

13.19. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.20.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

13.21. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.22. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

13.23. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Nacional 14.133/2021.

14. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme custos unitários apostos na tabela de média de preços em anexo.

14.2. Em condições excepcionais, mediante a aprovação da unidade técnica, os preços unitários propostos pelo licitante poderão ultrapassar os preços unitários estimados desde que os mesmos estejam majorados a, no máximo, o valor estimado acrescido do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, acumulado da data-base do orçamento estimativo até a data-base da apresentação das propostas.

14.3. Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores.

14.5. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas por ocasião da contratação

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL / DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante mais bem classificado será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual / ata de registro de preços, ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme estabelece o art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme estabelece o § 1º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ata de registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 10.3 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, de acordo com o que estabelece o § 4º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

favor do órgão ou entidade licitante, conforme o que estabelece o § 5º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.6. A ata de registro de preços/contrato poderá ser assinado na forma digital (eletrônica), de acordo com os critérios estabelecidos pela administração, admitida sua assinatura por outros meios legais.

15.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo licitatório, conforme estabelece o § 4º do art. 91 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.10. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogados sucessivamente, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

17.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, adotando-se como parâmetro o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação.

19. DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

19.1. Após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, que será remetido em formato digital, o prazo estimado para entrega dos produtos será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis para iniciar o procedimento de entrega. O retardamento no fornecimento dos itens, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

19.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene, localizada na Rua. Teodoro Antonio Leal, nº 264, Centro, Calçoene-AP, em horário comercial, conforme acordado



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

com a CONTRATANTE.

19.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Os licitantes ou os contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. A PMPC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A sanção prevista na alínea “a” do item 20.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção prevista na alínea “b” do item 20.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 20.2 deste edital prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.5.1. Para as infrações previstas no item 20.1. alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.5.2. Para as infrações previstas no item 20.1. alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.6. A sanção prevista na alínea “c” do item 20.2 deste edital será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

20.7. A sanção prevista na alínea “d” do item 20.2. deste edital será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. deste edital, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso “b” do mesmo item.

20.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.10. A aplicação das sanções previstas no item 20.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

20.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.11.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes multas de mora:

20.11.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte dos produtos não entregues;

20.11.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte dos produtos não entregues, por dia subsequente ao trigésimo.

20.11.4. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

20.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

20.13. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

20.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, com oportunidade de defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

20.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação aplicável.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência e nas Cláusulas Terceira e Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

25.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

25.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

25.3. O(a) Pregoeiro ou à Autoridade Competente, é facultada, em qualquer fase desta Licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

25.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

25.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro.

25.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pela PMC.

25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

25.8. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

25.9. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

25.10. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

25.10.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.11. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

25.12. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

25.13. O Edital e seus Anexos, serão obtidos nos sítios da internet: <https://calcoene.portal.ap.gov.br/diarios> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ou ainda junto a Sede Municipal da Prefeitura Municipal de Calçoene-AP, na Rua. Teodoro Antônio Leal, nº 264, Bairro Centro, na cidade de Calçoene/AP.

25.14. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal da PMC.

25.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail: pmc.cpl01@gmail.com.

25.16. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Calçoene/Amapá, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Calçoene, 09 de fevereiro de 2026.

EXPEDITO DA SILVA VIANA
COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PREGÃO ELETRÔNICO
FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS

Aprovo o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura de processo licitatório nos termos da Lei nº 14.133/21, e demais legislações vigentes.

Em: _____ / ____ / 2026.

Cassia de Oliveira Alencar
Secretária Municipal de Saúde de Calçoene/AP

DO OBJETO O : presente Termo visa à abertura de Procedimento Administrativo, estabelecendo diretrizes para contratação de empresa especializada em fornecimento de Aquisição de Correlatos e Material Odontológicos.

1. DA JUSTIFICATIVA E DO NÃO PARCELEMENTO:

2.1 Para alcançar um bom resultado de gestão, em especial na Assistência Farmacêutica e Atenção Básica é necessário construir um processo de planejamento, que é um instrumento valioso para que tenhamos maiores possibilidades de sucesso quando realizamos intervenções para resolver determinadas situações e problemas, porém, diante da realidade encontrada nos estoques da Farmácia Básica Municipal, de insuficiência de correlato e material odontológico, com riscos de desabastecimento, inviabilizando a dispensação dos mesmos, prejudicando principalmente os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

A justificativa para a realização de licitação por **lote** (ou grupo de itens correlatos), em vez de por item individual, é válida e encontra amparo na legislação e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) quando demonstrada a **inviabilidade técnica e econômica do parcelamento**.

Para a Prefeitura de Calçoene, que enfrenta desafios logísticos devido à distância de 367 km da capital, com frete oneroso e risco de desabastecimento, durante todo o fornecimento.

Justificativa Formal para a Licitação por Grupo

O principal objetivo a ser alcançado é o da **economicidade, eficiência e na garantia da execução contratual**, conforme os fundamentos abaixo:

Viabilidade Econômica e Logística

Logística Onerosa e Distância: A distância de Calçoene (367 km da capital) implica custos de frete elevados. A licitação por item individual resultaria na contratação de múltiplos fornecedores, cada um enviando pequenas quantidades de produtos. O custo de múltiplos fretes para itens isolados superaria a economia de um eventual menor preço unitário, tornando a aquisição total mais cara para a Administração Pública.

Atratividade do Lote: O agrupamento de itens em um lote de valor mais expressivo torna o certame mais atraente para empresas que atuam em todo o estado ou região. Isso incentiva a participação de fornecedores



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

capazes de entregar a totalidade dos itens, o que não ocorreria se os itens fossem licitados isoladamente, pois o lucro de poucos itens não compensaria o custo da operação logística até o município.

Redução de Riscos na Execução Contratual e Desabastecimento

Risco de Não Entrega: A contratação por item isolado aumenta o risco de que uma empresa arremate apenas um ou poucos itens e, por falta de viabilidade econômica (frete inviável), desista da entrega ou não cumpra fielmente o contrato, gerando desabastecimento dos materiais correlatos.

Gestão Simplificada: A contratação de um único fornecedor por lote (ou um número reduzido de fornecedores, se houver mais de um lote) simplifica a gestão e a fiscalização do contrato por parte da Prefeitura, reduzindo a burocracia e o trabalho administrativo de gerenciar múltiplos prazos, garantias e entregas.

Responsabilidade Unificada: Em caso de problemas (atrasos, defeitos, garantias), a Prefeitura lida com um único responsável por todo o conjunto de materiais daquele lote, facilitando a resolução e a aplicação de sanções, o que minimiza conflitos de responsabilidade entre diversos fornecedores.

Eficiência e Economia de Escala

Celeridade Processual: Reduz-se o número de processos licitatórios, de homologações, de extratos de contrato e de empenhos, gerando economia de tempo e agilidade na aquisição dos itens.

Economia de Escala: O agrupamento permite que o fornecedor obtenha economia de escala na compra e no transporte dos produtos, refletindo em uma proposta final mais vantajosa para a administração pública.

Fundamento Legal

A decisão de licitar por lote baseia-se no princípio da inseparabilidade do objeto e da busca pela proposta mais vantajosa, conforme a Lei nº 14.133/2021:

O § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021 prevê que, excepcionalmente, a licitação poderá ser realizada por lote, desde que justificada a inviabilidade de parcelamento, o que se aplica ao caso.

A jurisprudência do TCU (ex: Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Súmula 247 do TCU, adaptada à nova lei) valida o agrupamento quando a divisão não se mostra técnica ou economicamente viável.

2. DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PREÇOS						
GRUPO I - Dispositivo/Correlato						
ITENS	Descrição	Unidade	Marca	Quant	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL MAXIMO ESTIMADO
1	GAZE PICOTADA, 100% algodão, 8 camadas e 5 dobras, isenta de impurezas, com no mínimo 15 x 30 cm de extensão. Pacote com 500 unidades	Pacotes		500	R\$ 84,10	42,050.00
2	ALGODÃO ROLETE Nº 01, confeccionado em fibras 100% algodão, macio, absorvente, baixo teor de impurezas. Pacote com 100 unidades	Pacotes		500	R\$ 34,99	17,495.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3	ALGODÃO ROLETE Nº 02, confeccionado em fibras 100% algodão, macio, absorvente, baixo teor de impurezas. Pacote com 100 Unidades	Pacotes		500	R\$ 34,63	17,315.00
4	ALGODÃO HIDRÓFILO, 100% algodão, alvejado, isento de impurezas, inodoro e insípido, rolos com manta fina com espessura uniforme, camadas sobrepostas regularmente, compacto, aspecto homogêneo e macio, boa absorção, enrolado em papel apropriado em toda sua extensão. Embalagem: rolo com 500 g em embalagem individual. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade		1,500	R\$ 41,81	62,715.00
5	COMPRESSA DE GAZE, 100% algodão, 8 camadas e 5 dobras, 13 fios/cm², isenta de impurezas, isento de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, hidrófila, cor branca, com dobras para dentro em toda a sua extensão, com, no mínimo, 15 x 30 cm de extensão. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Pacote com 500 unidades	Pacotes		1,500	R\$ 84,10	126,150.00
6	ATADURA DE GAZE HIDRÓFILO TIPO QUEIJO, 100% algodão, cor branca, 13 fios/cm², enrolada de forma contínua, isenta de impurezas, amido, alvejante óptico, ácidos e álcalis. Tam. 91cm x 91 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades		1,500	R\$ 151,08	226,620.00
7	ATADURA DE CREPOM, 100% algodão cru, 13 fios/cm², com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, de forma cilíndrica, isenta de defeitos, Tam. 10 cm x 4,5 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade		5,000	R\$ 2,13	10,650.00
8	ATADURA DE CREPOM, 100% algodão cru, 13 fios/cm², com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, de forma cilíndrica, isenta de defeitos, Tam. 15 cm x 4,5 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade		5,000	R\$ 3,07	15,350.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9	ATADURA DE CREPOM, 100% algodão cru, 13 fios/cm ² , com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente, de forma cilíndrica, isenta de defeitos, Tam. 20 cm x 4,5 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade		5,000		R\$ 4,04	20,200.00
10	ABAIXADOR DE LÍNGUA, espátula em madeira lisa, isto e, com ausência de farpas, descartável, extremidades arredondadas, formato convencional, resistente à esterilização, com 14 cm de comprimento, largura entre 1,4 e 1,5 cm. Embalagem: pacote com 100 unidades, com dados de identificação, procedência e registro no Ministério da Saúde.	Pacotes		600		27.45	16,470.00
11	MOLDEIRA DE FLÚOR, feita em espuma tamanho G. Embalagem com 50 unidades	Pacotes		500		166.93	83,465.00
12	MOLDEIRA DE FLÚOR, feita em espuma tamanho M. Embalagem com 50 unidades	Pacotes		500		166.93	83,465.00
13	MOLDEIRA DE FLÚOR, feita em espuma tamanho P. Embalagem com 50 unidades	Pacotes		500		166.93	83,465.00
14	POTES DAPPEN	Unidades		50		14.97	748.50
15	BABADOR DESCARTÁVEL ODONTOLÓGICO, com 3 camadas sendo 2 papel absorventes, 1 de plástico impermeável, multicolor (cores variadas) e com dispensador plástico incolor. Caixa com 100 unidades	Pacotes		250		R\$ 80,64	20,160.00
16	ROLO DE ESTERILIZAÇÃO, embalagem tubular para esterilização (papel grau cirúrgico filme laminado de poliéster com polipropileno) rolo com 100 mm x 100 m.	Unidades		60		R\$ 231,80	13,908.00
17	ROLO DE ESTERILIZAÇÃO, embalagem tubular para esterilização (papel grau cirúrgico filme laminado de poliéster com polipropileno) rolo com 150 mm x 100 m.	Unidades		60		R\$ 361,03	21,661.80
18	ROLO DE ESTERILIZAÇÃO, embalagem tubular para esterilização (papel grau cirúrgico filme laminado de poliéster com polipropileno) rolo com 200 mm x 100 m.	Unidades		60		R\$ 473,30	28,398.00
19	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, dorso do tecido de algodão impermeabilizado em uma das faces, de cor branca, massa adesiva à base de óxido de zinco, resistente, com boa aderência, enrolado em carretel plástico, com capa de proteção, tamanho 10 cm x 4,5 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades		1,000		R\$ 29,52	29,520.00
20	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, dorso do tecido de algodão impermeabilizado em uma das faces, de cor branca, massa adesiva à base de óxido de zinco, resistente, com boa aderência, enrolado em carretel plástico, com capa de proteção, tamanho 5 cm x 4,5 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades		750		R\$ 15,33	11,497.50



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

21	FITA ADESIVA MICROPOROSA confeccionada em rayon viscoso não trançado, poroso, superfície impregnada de adesivo sintético acrílico quimicamente inerte e hipoalergênico, cor branca. Tamanho 50 mm x 10m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	500	R\$ 17,69	8,845.00
22	FITA PARA AUTOCLAVE para fechamento de pacotes acondicionados em embalagens descartáveis de não tecido ou papel crepado. Tamanho 19 mm X 55 m. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	750	27.78	20,835.00
23	FITA ADESIVA ESTERILIZAÇÃO, adesivo à base de resina de borracha sintética que não deixa resíduos mesmo após autoclavagem, com 19mmx50mm.	Unidades	50	27.78	1,389.00
24	ALAVANCA APICAL ESQUERDA, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 97,62	1,464.30
25	ALAVANCA APICAL RETA, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 97,62	1,464.30
26	ALAVANCA SELDIN DIREITA, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	25	165.70	4,142.50
27	ALAVANCA SELDIN ESQUERDA, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	25	165.70	4,142.50
28	ALAVANCA SELDIN RETA, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	25	165.70	4,142.50
29	BOTICÃO INFANTIL N. 3, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	5	R\$ 189,02	945.10
30	BOTICÃO INFANTIL N. 4, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	5	R\$ 189,02	945.10
31	BOTICÃO INFANTIL N. 5, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	5	R\$ 189,02	945.10
32	BOTICÃO INFANTIL N. 6, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	5	R\$ 189,02	945.10
33	CABO BISTURI Nº 3, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 32,79	491.85
34	CABO DE BISTURI N. 02, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 397,83	5,967.45
35	FÓRCEP 101 ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 189,02	2,835.30
36	FÓRCEPS 01, ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades	15	R\$ 189,02	2,835.30



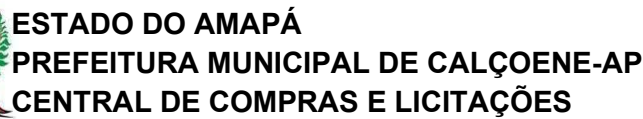
ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

37	FÓRCEPS 01 INFANTIL, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
38	FÓRCEPS 150 ADULTLO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
39	FÓRCEPS 150 INFANTIL, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
40	FÓRCEPS 151 ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
41	FÓRCEPS 151 INFANTIL, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
42	FÓRCEPS 18L ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
43	FÓRCEPS 18L INFANTIL, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
44	FÓRCEPS 18R ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
45	FÓRCEPS 210 ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		8	R\$ 189,02	1,512.16
46	FÓRCEPS 23 ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
47	FÓRCEPS 69 ADULTO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		15	R\$ 189,02	2,835.30
48	LIMA P/ OSSO SELDIN, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		10	R\$ 121,70	1,217.00
49	PINÇA CLÍNICA COMUM, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		20	R\$ 36,18	723.60
50	PINÇA MATHIE 14 CM, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		10	R\$ 150,71	1,507.10
51	PORTA AGULHA 14 CM, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		25	R\$ 150,71	3,767.75
52	SERINGA CARPULE, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		40	R\$ 319,91	12,796.40
53	SINDESMOTOMO, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		25	R\$ 36,83	920.75
54	TESOURA CURVA 12 CM, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		25	R\$ 60,92	1,523.00
55	TESOURA RETA TIPO ÍRIS 12 CM, produzido com aços inoxidáveis austeníticos e martensíticos, com gravação de lote e referência no produto.	Unidades		25	R\$ 60,92	1,523.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

56	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DUPLO (LONGO), leve e suave ao manuseio, alta resistência à corrosão e a descoloração, ponta ativa regular e bem acabada têmpera homogênea, resistente a fraturas, em aço inóx polido, c/ aproximadamente 170 mm. O instrumental deve ter gravado no cabo, de forma legível, o seu número e o nome do fabricante.	Unidades		15	R\$ 45,07	676.05
57	BANDEJA, material em aço inox inoxidável, dimensões 22x17x1,5 sem divisão, autoclavável.	Unidades		60	R\$ 109,74	6,584.40
58	CABO PARA ESPELHO, leve e suave ao manuseio, alta resistência à corrosão e descoloração, têmpera homogênea, resistente a fraturas, em aço inox polido, c/ aproximadamente 120 mm, autoclavável. O instrumental deve ter gravado no cabo, de forma legível, seu número e o nome do fabricante.	Unidades		25	R\$ 24,67	616.75
59	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO Nº 11 ½, leve e suave ao manuseio, alta resistência à corrosão e a descoloração, ponta ativa regular e bem acabada têmpera homogênea, resistente a fraturas, em aço inox polido, c/ aproximadamente 170 mm, autoclavável. O instrumental deve ter gravado no cabo, de forma legível, o seu número e o nome do fabricante.	Unidades		15	R\$ 284,34	4,265.10
60	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 14, instrumento cirúrgico não articulado cortante. Produzido em aço inoxidável.	Unidades		15	64.15	962.25
61	ESPÁTULA Nº01, com ponta dupla ativa de Titânio, autoclavável.	Unidades		15	189.30	2,839.50
62	ESPÁTULA Nº01, com calcador de bolinha, ponta ativa de Titânio, autoclavável.	Unidades		15	189.30	2,839.50
63	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 5, autoclavável, resistente a corrosão, descoloração e a sucessivas autoclavagens: em aço inox polido; bordas polidas e bem acabadas; perfeita união entre as bordas e o espelho propriamente dito.	Unidades		125	R\$ 48,31	6,038.75
64	PINÇA CLÍNICA, confeccionado em aço inoxidável, alta resistência à corrosão e a descoloração, autoclavável.	Unidades		20	R\$ 36,18	723.60
65	PLACA DE VIDRO, espessura 10mm, autoclavável.	Unidades		8	R\$ 58,01	464.08
66	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO, confeccionado em aço inoxidável, alta resistência à corrosão e a descoloração, autoclavável.	Unidades		8	191.30	1,530.40
67	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE INFANTIL, confeccionado em aço inoxidável, alta resistência à corrosão e a descoloração, autoclavável.	Unidades		15	191.30	2,869.50
68	SONDA CLÍNICA, confeccionado em aço inoxidável, alta resistência à corrosão e a descoloração, autoclavável.	Unidades		25	54.00	1,350.00
69	SONDA GLICKMAN MILIMETRADA, confeccionado em aço AISI420 no cabo oco de 8mm, alta resistência à corrosão e descoloração, autoclavável.	Unidades		15	65.00	975.00
70	TAMBOR GAZE, material inox, inoxidável, autoclavável, dimensões 12x12cm com alça. (sem alça)	Unidades		15	R\$ 304.52	4,567.74
71	TAMBOR ALGODÃO, material inox, inoxidável, autoclavável dimensões 10x10 cm com alça. (sem alça)	Unidades		15	R\$ 225.47	3,382.05
72	ESPÁTULA Nº 24, cabo 8mm. Instrumento Cirúrgico não articulado não cortante. Produzido em aço Inoxidável.	Unidades		15	R\$ 38,61	579.15



GRUPO II - Dispositivo/Correlato						
ITENS	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL MAXIMO ESTIMADO
76	KIT ACABAMENTO BORRACHAS ABRASIVAS, conjunto de borrachas abrasivas para alisamento e polimento de resinas. Embaladas em caixas com 06 pontas, nos formatos: torpedo, taça, lentilha e esfera trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Kits		8	258.88	2,071.04
77	KIT DE PONTAS PARA POLIMENTO, conjunto de pontas confeccionadas em silicone, para alisamento e polimento de resinas. Embaladas em caixas com 06 pontas, nos formatos: torpedo, taça, lentilha e esfera trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Kits		8	311.86	2,494.88
78	KIT DE ACABAMENTO DE BROCAS ULTRAFINO, para acabamento de restaurações em resina composta, ponta com granulações finas e extrafinas, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação	Kits		8	369.56	2,956.48
79	KIT DISCO DE POLIMENTO, contendo 36 discos de lixa (granulações grossa, média, fina), com 14 discos de feltro, com 01 mandril peça reta, com 01 mandril contra- ângulo e com pasta de polimento	Kits		10	286.35	2,863.50
80	PONTAS PARA ULTRASSOM. Pacote com 3 unidades	Pacotes		10	457.68	4,576.80
81	ESCOVA ROBSON, para profilaxia.Caixa com 50 unidades	Caixas		50	330.92	16,546.00
82	TAÇA DE BORRACHA, para profilaxia. Embalagem com 50 unidades	Caixas		50	149.77	7,488.50
83	TIRA LIXA ACABAMENTO 2mm, com duas partes: uma fina e outra grossa com 150 unidades. Embalagem com 150 unidades	Embalagem		90	R\$ 62,37	5,613.30
84	TIRA DE AÇO 4MM, com 12 unidades. Embalagem com 12 unidades	Embalagem		90	R\$ 27,45	2,470.50
85	TIRA POLIÉSTER, com 50 unidades. Embalagem com 50 unidades	Embalagem		180	R\$ 17,11	3,079.80
86	TIRA LIXA ACABAMENTO 2mm, com duas partes: uma fina e outra grossa com 150 unidades. Embalagem com 150 unidades	Embalagem		90	R\$ 62,37	5,613.30



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

87	TIRA DE AÇO 4MM, com 12 unidades. Embalagem com 12 unidades	Embalagem		90	R\$ 27,45	2,470.50
88	TIRA POLIÉSTER, com 50 unidades. Embalagem com 50 unidades	Embalagem		90	R\$ 17,11	1,539.90
89	BROCA CIRÚRGICA 701.	Unidades		150	36.54	5,481.00
90	BROCA CIRÚRGICA 701 (HASTE LONGA).	Unidades		150	48.96	7,344.00
91	BROCA CIRÚRGICA 702.	Unidades		150	39.78	5,967.00
92	BROCA CIRÚRGICA 702 (HASTE LONGA).	Unidades		150	78.30	11,745.00
93	BROCA CIRÚRGICA 703.	Unidades		150	42.54	6,381.00
94	BROCA CIRÚRGICA 703 (HASTE LONGA).	Unidades		150	72.00	10,800.00
95	BROCA CIRÚRGICA ESFÉRICA N. 8	Unidades		150	42.54	6,381.00
96	BROCA CIRÚRGICA ESFÉRICA N. 8 (HASTE LONGA)	Unidades		150	65.40	9,810.00
97	BROCAS 1011, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00
98	BROCAS 1011 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00
99	BROCAS 1012, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

100	BROCAS 1012 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
101	BROCAS 1013, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
102	BROCAS 1013 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
103	BROCAS 1014, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
104	BROCAS 1014 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

105	BROCAS 1015, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00
106	BROCAS 1015 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

107	BROCAS 1016, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
108	BROCAS 1016 (HASTE LONGA), broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
109	BROCAS 1031, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
110	BROCAS 1091, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
111	BROCAS 1092, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

112	BROCAS 1190, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
113	BROCAS 2135, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
114	BROCAS 3118, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00
115	BROCAS 3168, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	18.00	1,800.00
116	BROCAS 3195, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades	100	21.00	2,100.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

117	BROCAS 4138, broca diamantada para preparo cavitário em aço inoxidável, ponta com granulações uniformes, encaixe em aço inoxidável adaptável às diferentes canetas de alta rotação, sem sinais de oxidação e sem rebarbas. Esterilizável através de calor úmido eco ou por agentes químicos, sem sofrer oxidação. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no Ministério da Saúde.	Unidades		100	21.00	2,100.00
118	ESFIGMOMANÔMETRO, Braçadeira em nylon com fácil fechamento em velcro (6 apções de cores vibrantes), Braçadeira tamanho adulto padrão para circunferências de 22 A 28CM. 14,5 (L) X 52CM (C), tamanho do manguito: 12(L)X22CM(C), faixa de medição: 0 - 300MMHG, valor de uma divisão: 2MMHG, graduação mínima e máxima: 2MMHG e 304MMHG, respectivamente, tolerância: +/- 3MMHG. Fabricado com aterial de alta qualidade e possui garantia de 2 anos. O instrumento vem com selo de verificação do INMETRO, e a válvula com o mecanismo "non-stop pin" proporciona um controle preciso durante a aferição da pressão arterial. Acompanha uma bolsa para ondicionamento.	Unidades		25	134.02	3,350.50
119	ESTETOSCOPIO, utilizado para ausculta cardíaca e pulmonar e auxiliar para medida da pressão arterial, aparelho dotado de campanula metálica, duo-sonic, dois tubos condutores separados em material flexível sem emendas, moldado para produzir efeito condutor efetivo, com conjunto biauricular, metálico, ajustado por mola laminar externa, resistente, com olivas (protetor auricular) de formato anatômico, de borracha macia (silicone), sem redobras, ajuste confortável com perfeita vedação contra ruídos ambientais, método de medição analógico, dimensões 22x10x2cm. Registro no Ministério da Saúde.	Unidades		25	R\$ 226,14	5,653.50
120	GLICOSIMETRO, analisador de glicose, portátil, digital e microprocessado, com capacidade de realizar no mínimo 30 exames diários, alimentação através de bateria recarregava, devem ser disponibilizados baterias extras recarregáveis e recarregador. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e registro no Ministério da Saúde.	Unidades		50	R\$ 199,30	9,965.00
121	TIRAS REAGENTES PARA GLICOSIMETRO (compatível com o glicosímetro ofertado). Embalagem caixa com 50 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 50 unidades	Caixas		500	R\$ 51,86	25,930.00
122	TERMOMETRO CLINICO, para uso hospitalar, com graduação de 35 a 42 graus centígrados, coluna de mercúrio com dilatação uniforme, integra visível e de fácil leitura. Na embalagem de vera estar impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, registro no Ministério da Saúde e no Inmetro.	Unidades		60	R\$ 47,40	2,844.00
123	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO FOTOPOLIMERIZÁVEL, na cor branca, com 5 aplicadores, com seringa de 2g.	Caixas		100	R\$ 103,57	10,357.00
124	PASTA DE POLIMENTO, pasta de polimento tixotrópica para restaurações em resina compostas, contendo óxido de alumínio e sílica como abrasivos polidores.	Unidades		50	R\$ 258,47	12,923.50



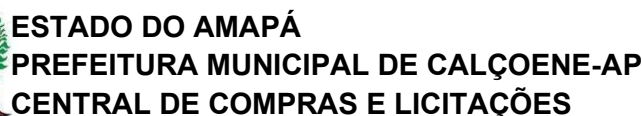
ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

125	EQUIPO MACROGOTAS câmara graduada de capacidade igual ou acima de 150 ml. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades		2,500	R\$ 16,49	41,225.00
126	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO, tamanho Adulto, feito em P.V.C. atóxico, com conector do tipo rosca.	Unidade		25	R\$ 97,23	2,430.75
127	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO, tamanho Infantil, feito em P.V.C. atóxico, com conector do tipo rosca.	Unidades		25	R\$ 97,23	2,430.75
128	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL, paciente adulto Caixa c/150 unidades	Caixas		25	390.86	9,771.50
129	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL, paciente infantil.Caixa c/100 unidades	Caixas		25	390.86	9,771.50
130	ADESIVO, agente de ligação com primer e adesivo em um só frasco, solvente à base de água e álcool, com nanotecnologia, com tampa "Flip Top", contendo 6g.	Unidades		60	173.73	10,423.80
131	RESINA COMPOSTA A1, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
132	RESINA COMPOSTA A2, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
133	RESINA COMPOSTA A3, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
134	RESINA COMPOSTA A3,5, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
135	RESINA COMPOSTA A4, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
136	RESINA COMPOSTA B1, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
137	RESINA COMPOSTA B2, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
138	RESINA COMPOSTA B3, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
139	RESINA COMPOSTA C2, opacidade do copo, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
140	RESINA COMPOSTA TRANSLUCIDA, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

141	RESINA COMPOSTA A1, opacidade de esmalte, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
142	RESINA COMPOSTA A2, opacidade de esmalte, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
143	RESINA COMPOSTA A3, opacidade de esmalte, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
144	RESINA COMPOSTA OA2, opacidade dentina, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
145	RESINA COMPOSTA OA3, opacidade dentina, restaurador universal com carga inorgânica de zircôniasílica, possuir efeito camaleão, excelente manipulação (não grudar na espátula), alta resistência, menor contração, contendo 4g.	Unidades		120	205.36	24,643.20
146	SELANTE, resinoso fotopolimerizável de fósulas e fissuras, com carga ionomérica, com flúor, bom escoamento, contendo 01 seringa com 2g, com 05 ponteiros de aplicação.	Kits		180	R\$ 64,47	11,604.60
147	SERINGA DESCARTÁVEL, estéril, com cilindro transparente, siliconizada, com escala graduada de 2 em 2 unidades para insulina, 1ml. Embalada individual com capa protetora, devesa estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	DESCAR PACK	10,000	R\$ 0,88	8,800.00
148	SERINGA DESCARTÁVEL, estéril, com cilindro transparente, siliconizada, com escala graduada de 2 em 2 unidades para insulina, 1ml, com agulha de 13 x 0,45. Embalada individual com capa protetora, devesa estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	DESCAR PACK	20,000	R\$ 0,84	16,800.00
149	SERINGA DESCARTÁVEL, estéril, com cilindro transparente, siliconizada, escala para pequenos e médios volumes, com alto grau de precisão, rolha de borracha externa próxima do êmbolo, anel de retenção, 3 ml, bico central tipo slip. Embalada individual com capa protetora, devesa estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	DESCAR PACK	15,000	R\$ 0,65	9,750.00
150	SERINGA DESCARTÁVEL, estéril, com cilindro transparente, siliconizada, escala para pequenos e médios volumes, com alto grau de precisão, rolha de borracha externa próxima do êmbolo, anel de retenção, 5 ml, bico central tipo slip. Embalada individual com capa protetora, devesa estar impresso dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidades	DESCAR PACK	15,000	R\$ 0,81	12,150.00



GRUPO III - Dispositivo/Correlato						
ITENS	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL MAXIMO ESTIMADO
153	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO 1,0 X 1,0 X 1,0, gelatina uso odontológico.	Unidades		150	R\$ 23,38	3,507.00
154	LÍQUIDO HEMOSTÁTICO. Embalagem com 10 ml.	Unidades		120	R\$ 83,87	10,064.40
155	FIO CATGUT CROMADO 2-0, de 70 cm agulha ponta cilíndrica½ circular de 26 mm tipo G123T. Cx 24und	Caixas		15	R\$ 263,47	3,952.05
156	FIO CATGUT CROMADO 3-0, de 70 cm agulha ponta cilíndrica½ circular de 26 mm tipo G123T. Cx 24und	Caixas		15	R\$ 263,19	3,947.85
157	FIO MONONYLON. PRETO, CALIBRE C 2-0, comprimento 45cm, agulhas 4,00 triangular reve. cortante, agulha 3/8 circular de 40mm. Tipo 1174T. Cx 24und	Caixas		25	R\$ 115,75	2,893.75
158	FIO MONONYLON. PRETO, CALIBRE C 3-0, comprimento 45cm, agulhas 4,00 triangular reve. cortante, agulha 3/8 circular de 40mm. Tipo 1174T. Cx 24und	Caixas		25	R\$ 115,75	2,893.75
159	FIO MONONYLON. PRETO, CALIBRE C 4-0, comprimento 45cm, agulhas 4,00 triangular reve. cortante, agulha 3/8 circular de 40mm. Tipo 1174T. Cx 24und	Caixas		25	R\$ 115,75	2,893.75
160	FIO DE SUTURA SEDA 3-0, comprimento do fio 45cm, agulha 1,7cm, não-absorvível e estéril. Caixa com 24 unidades	Caixas		300	R\$ 122,16	36,648.00
161	FIO DE SUTURA SEDA 4-0, comprimento do fio 45cm, agulha 1,7cm, não-absorvível e estéril. Caixa com 24 unidades	Caixas		225	R\$ 122,16	27,486.00
162	FIO CATGUT CROMADO 0-0, de 70 cm agulha ponta cilíndrica½ circular de 26 mm tipo G123T Cx 24und.	Caixas		15	R\$ 263,97	3,959.55
163	FIO CATGUT CROMADO 1-0, de 70 cm agulha ponta cilíndrica½ circular de 26 mm tipo G123T. Cx 24und	Caixas		15	R\$ 263,97	3,959.55
164	FIO MONONYLON. PRETO, CALIBRE C 5-0, comprimento 45cm, agulhas 4,00 triangular reve. cortante, agulha 3/8 circular de 40mm. Tipo 1174T. Cx 24und	Caixas		25	R\$ 115,75	2,893.75
165	FIO MONONYLON. PRETO, CALIBRE C 6-0, comprimento 45cm, agulhas 4,00 triangular reve. cortante, agulha 3/8 circular de 40mm. Tipo 1174T. Cx 24und	Caixas		25	R\$ 115,75	2,893.75
166	FIO DE SUTURA SEDA 2-0, comprimento do fio 45cm, agulha 1,7cm, não- absorvível e estéril. Caixa com 24 unidades	Caixas		300	R\$ 122,16	36,648.00

[illegible]Página 45 de 85



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

173	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico Nº 7.0.	Par		1,500	R\$ 3,75	5,625.00
174	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico Nº 7.5.	Par		1,500	R\$ 3,75	5,625.00
175	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, descartável, látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade. Lubrificada com pó bioabsorvível e baixo teor de proteína (preferência menor que 100 µg/grama) e antiderrapante. Acondicionada em invólucro interno com dobras para abertura asséptica, dobradas conforme padrão hospitalar, identificando com fácil visualização a mão esquerda/direita e a posição do polegar. Embalada em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico Nº 8.0.	Par		1,500	R\$ 3,75	5,625.00
176	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra, comprimento mínimo de 25 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades	Caixas		900	R\$ 64,80	58,320.00
177	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra, comprimento mínimo de 25 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho P. Caixa com 100 unidades	Caixas		1,500	R\$ 64,80	97,200.00
178	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra, comprimento mínimo de 25 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho M. Caixa com 100 unidades	Caixas		1,500	R\$ 64,80	97,200.00
179	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra, comprimento mínimo de 25 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho G. Caixa com 100 unidades	Caixas		900	R\$ 64,80	58,320.00
180	AVENTAIS DESCARTÁVEIS DE TNT, gramatura 50, manga longa, cor branca, tamanho M. Pacote com 20 unidades c/ 10	Pacotes		120	R\$ 156,40	18,768.00
181	AVENTAIS DESCARTÁVEIS DE TNT, gramatura 50, manga longa, cor branca, tamanho G. Pacote com 20 unidades c/ 10	Pacotes		120	R\$ 156,40	18,768.00
182	GORRO DESCARTÁVEL, sanfonado com 3 elásticos, cor branca. Pacote com 100 unidades (touca)	Pacotes		75	R\$ 83,10	6,232.50



GRUPO V - Dispositivo/Correlato						
ITENS	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL MAXIMO ESTIMADO
187	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA, uso interno e externo, incolor, inodoro, não gorduroso, umectante, solúvel em água e pH neutro, para uso como meio de contato para transmissão ultrassônica, ecografos e dopplers, . Embalagem: Galão de 5 Litros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Galão com 5 litros	Unidades		15	R\$ 146,12	2,191.80
188	BICARBONATO DE SÓDIO, para Profi, sabor morango, extrafino, produto aprovado pela ANVISA ou Ministério da saúde. Frasco com 500g	Frasco		100	R\$ 68,03	6,803.00
189	FLÚOR GEL, sabor morango. Frasco com 200ml	Frasco		150	R\$ 27,91	4,186.50
190	PASTA PROFILÁTICA, sabor tutti-fruti.Bisnaga com 90 gramas	Unidades		100	R\$ 51,54	5,154.00
191	REMOVEDOR DE MACHAS DO DENTE. Frasco com 10ml	Frasco		25	R\$ 381,63	9,540.75
192	CURATIVO ALVEOLAR (ALVEOLISUL/ALVEOLEX).	Unidades		150	R\$ 303,81	45,571.50
193	ABAIXADOR DE LINGUA, espátula em plástico lisa, com aroma e sabor tutti-frutti, não toxico, com ausência de farpas, descartável, extremidades arredondadas, formato convencional, resistente a esterilização, com 14 cm de comprimento, largura entre 1,4 e 1,5 cm. Embalagem: pacote com 100 unidades, com dados de identificação, procedência e registro no Ministério da Saúde.	Pacotes		300	R\$ 27,45	8,235.00



VALOR GLOBAL DO GRUPO >>R\$	88,720.05
--	------------------

GRUPO X - Dispositivo/Correlatos – EXCLUSIVO PARA ME/EPP

[illegible]

GRUPO VI- Consumo/Resíduo

208	SACOS DE LIXO INFECTANTE, para resíduos hospitalares, infectantes e tóxicos. Com simbologia e registro na ABNT e ANVISA. Tamanho 50 l. Pacote com 100 unidades	Pacotes	60	R\$ 114,91	6,894.60
-----	---	---------	----	------------	----------

[illegible]Página 49 de 85

[illegible]

4.1 - A Contratada deverá entregar os correlatos e materiais odontológico, quando solicitados, obrigatoriamente conforme as especificações acima discriminadas e demais condições previstas no presente termo, no Almoxarifado da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Rua: Teodoro Antônio Leal, 264 - Centro, Calçoene - AP, 68.960-000, Município de Calçoene/AP.

4.3 - A entrega deverá ser feita perante o responsável pela SEMSA de Correlatos e materiais odontológico, o qual certificará a Nota Fiscal dos correlatos e materiais odontológico, que deverá ser acompanhada OBRIGATORIAMENTE por tabela descritiva contendo:

- a) O nome genérico ou comercial do medicamento;
b) O valor unitário e valor total;
c) Identificação do lote;
d) A data de fabricação e data de validade

4.4 - Responsável pelo recebimento, será a Farmacêutica Dra. Debora Terra Marques Miranda. Telefone (96) 99121-4596

4.5 - Em conformidade com a Lei nº 14.133/21, mediante recibo, os materiais serão recebidos da seguinte forma:

I – Provisoriamente: para verificação da conformidade do material de acordo as especificações;

II – **Definitivamente**: no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante recibo formalizado por uma comissão de recebimento nomeada pela SEMSA, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.6 Os materiais apresentados estarão sujeitos a aceitação pela Secretaria Municipal de Saúde, a qual caberá o direito de recusar caso o(s) material(ais) não esteja(m) de acordo com o especificado;

5- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 - Receber e avaliar o objeto da contratação, pronunciando-se acerca de seu atendimento às especificações do Termo de Referência;

5.2 - Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela administração e no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

5.3 - Prestar informações e os esclarecimentos necessários atinentes à entrega ou substituição do objeto que venham a ser solicitados pelos funcionários da Contratada;

5.4 - Atestar no verso das notas fiscais/faturas, apresentadas pela Contratada, por meio do fiscal designado, a efetiva entrega dos objetos especificados no Termo de Referência;

5.5 - A entrega do objeto do presente certame será acompanhada e fiscalizada por servidor responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

6- DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

6.1 - São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras decorrentes de lei:

6.2 - Transportar os objetos em condições adequadas, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens e pelos danos resultantes de imperfeições das mesmas.

6.3 - Para o transporte dos correlatos e materiais odontológico que dependam de controle especial de temperatura, deverão ser seguidas às normas vigentes estabelecidas, para manter a conservação dos produtos entregues, de forma a não alterar sua estabilidade e eficácia.

6.4 - Ofertar correlatos e materiais odontológico com a data de validade não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, conforme certificado do fabricante.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 6.5 - Fornecer os correlatos e materiais odontológico sempre dentro de seu prazo de validade e com vida útil superior a 90% (noventa por cento).
- 6.6 - Os correlatos e materiais odontológico, objeto do certame, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do respectivo contrato.
- 6.7 - A Contratada deverá substituir imediatamente os correlatos e materiais odontológico que não estiverem em condições de uso, vencidos ou deteriorados, sem qualquer ônus para o Município.
- 6.8 - Custear todas as despesas decorrentes do fornecimento, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas.
- 6.9 - Acatar e facilitar a ação de fiscalização do Município, cumprindo as exigências da secretaria de saúde.
- 6.10 - Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo Contratante.
- 6.11 - Responsabilizar-se pelo transporte dos correlatos e materiais odontológico, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento.
- 6.12 - Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Contratada.
- 6.13 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos ou prejuízos a que vier causar ao Município ou a terceiros.
- 6.14 - Substituir, imediatamente, os produtos, quando exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, sem ônus para o Município.
- 6.15 - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

7- DAS CERTIFICAÇÕES EXIGIDAS

- 7.1 - A Licença Sanitária em vigor na data de aberto certame ou cópia da publicação no Diário Oficial da União com prazo para comercialização, devidamente legível.
- 7.2 - Na hipótese de a Licença Sanitária estar com prazo expirado, será aceito, excepcionalmente, o comprovante de protocolo de renovação/atualização junto ao órgão competente, desde que contenha data e número do protocolo/processo e comprove que o pedido foi protocolado antes do vencimento da licença .
- 7.3 - Quando a legislação exigir para a atividade exercida e para os itens fornecidos, comprovar a existência de responsável técnico legalmente habilitado, com documentação pertinente..
- 7.4 - Comprovações da Autorização de Funcionamento da empresa, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 7.5 - Para os lotes que incluam produtos sujeitos à Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da ANVISA, o licitante deverá apresentar AFE vigente, compatível com a atividade exercida e com o objeto do lote. Na hipótese de a AFE encontrar-se com prazo expirado, será aceito, excepcionalmente, o comprovante de protocolo do pedido de renovação/atualização junto à ANVISA, contendo número do processo/protocolo e data do protocolo, desde que o pedido tenha sido protocolado antes do vencimento e o processo esteja em tramitação, sem decisão de indeferimento, cancelamento ou suspensão..

8- DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por meio de Transferência Bancária em nome da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias contados da certificação da Nota Fiscal e apresentação das certidões negativas exigidas por Lei.

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Calçoene AP.

ORGÃO: 30100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

UO: 30100 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALÇOENE – FMSC,

AÇÃO: 10.301.0429 : 2048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS, ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30.00.00 : 1500.1002 - MATERIAL DE CONSUMO.

10- DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Total da despesa contraída para aquisição de correlatos e materiais odontológico será paga pelo Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica, Componente Básico

11 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

- ☒ Cartão CNPJ;
- ☒ Contrato Social ou documento equivalente;
- ☒ Documentos do Representante Legal da Empresa (RG, CPF, Procuração); ☒ Certidão Negativa de Conjunta de Tributos Federais (Receita Federal);



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- ☒ Certidão de Regularidade Fiscal – CRF/FGTS (CEF);
- ☒ Certidão Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias – CND (INSS); ☒ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (MTE);
- ☒ Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais – ICMS (Receita Estadual); ☒ Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais – ISS (Prefeitura);
- ☒ Comprovante de Opção pelo SIMPLES;

12- FORMALIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a contratação será regida pelo presente Termo de Referência e Nota de Empenho a ser contabilizada, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei n.º 14.133/21, Lei n.º 4.320/64 e Lei n.º 101/2000 – LRF.

13- PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE ESCOLHA

Para avaliação e julgamento das propostas serão adotados os seguintes critérios de escolha:

a) *Menor Preço;*

b) **Melhor Proposta;**

Deverá ser elaborada pela Pessoa Jurídica, proposta em papel timbrado, informando os dados completos do proprietário/representante legal, CNPJ/CPF, informando a validade da proposta e domicílio bancário de sua preferência. A proposta deverá conter todos os dados da tabela acima, contendo descrição detalhada e individualizada, indicando as principais características que estará sujeita a aceitação pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Termo de referência em anexo, a qual caberá o direito de recusa caso os serviços não estejam de acordo com o especificado.

13 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Calçoene/AP, 23 de setembro de 2025.

Camila dos Santos Sousa

Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde/SEMSA/PMC

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para Contratação de empresa especializada em fornecimento de Correlatos e Material Odontológicos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene do Anexo Único deste Termo.

2. DO TIPO DE LICITAÇÃO

2.1. Recomenda-se modalidade de licitação Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, regido pela Lei nº 14.133/2021 e, no que couber uma vez que a seleção de um mesmo fornecedor para o mesmo tipo de objeto implicará redução de custos de entrega e de gerenciamento do contrato, proporcionando a este Tribunal ganhos de economia de escala.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição destes materiais e equipamentos tem por objetivo garantir o pleno funcionamento dos atendimentos médicos-odontológicos e bem-estar, prestados pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho da PMC, sendo que os materiais serão utilizados para o atendimento dos membros, servidores e dependentes da secretaria Municipal de Saúde;

3.2. A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

vista que a interrupção da prestação dos serviços causaria transtornos aos administrados;

3.3. Dessa forma, o presente instrumento tem a função de garantir a continuidade dos serviços prestados por este Órgão.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta de preço ajustada ao valor do lance das LICITANTES deverá conter a descrição dos produtos que serão fornecidos, com indicação de marca/modelo;

4.2. O valor apresentado deverá contemplar todos os custos inerentes à contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021 são obrigações da Contratada:

5.1.1. Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que o fornecimento seja realizado com esmero e perfeição;

5.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

5.1.3. Entregar todos os materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação;

5.1.3.1. O retardamento no fornecimento, não justificado, considerar-se-á como infração contratual;

5.1.4. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;

5.1.5. A fiscalização da execução dos serviços por parte da PMC não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e preposto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da Contratante:

6.1.1. Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada;

6.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato;

6.1.3. Designar servidor ou comissão composta por servidores da PMC para o recebimento e aceitação dos produtos;

6.1.4. Notificar a Contratada em caso de verificação de alguma irregularidade ao presente Contrato.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7. DO PAGAMENTO

7.1.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, contado do “Atesto” da Nota Fiscal pelo responsável, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

7.1.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

7.1.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.2. O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.3. A CONTRATANTE não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

7.4. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

7.5. Quando do pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular.

7.6. No interesse da Administração da PMC, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

7.7. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, exceto as supressões e acréscimos resultantes de acordo entre as partes.

8. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão respectivamente nomeação através de Portaria pela Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene.

8.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

8.3. O fiscal da SEMSA anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega, do objeto desta licitação, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

8.4. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a PMC.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O Contrato ou a Nota de Empenho decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou de sua emissão, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 107, da Lei 14.133/2021.

10. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O valor global máximo anual aceito para a contratação é de **R\$ 3.215.213,98 (Três milhões duzentos e quinze mil duzentos e treze reais noventa e oito centavos)**, conforme planilha orçamentária estimativa



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

disposta no Anexo Único deste Termo, com valores obtidos pela média de preços de mercado, fornecidos por empresas do ramo.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa sobre o valor total do contrato, observados os seguintes limites:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Rescisão contratual, sem prejuízos das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento do CADFOR pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

11.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

11.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

11.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Estadual nº 17.928/2012.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, com oportunidade de defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800, de 2001.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução do contrato serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo e, ainda, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, de forma escrita, por ser a exigida pela legislação aplicável à execução do presente instrumento;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.2. O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores que, na falta delas, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento;

12.3. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Termo de Referência e submissão total às normas nele contidas.

12.4. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Calçoene - AP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.5. É parte integrante deste Termo o Anexo Único – Média de Preços.

Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, em Calçoene, xx de xxxx de 2024.

Camila
Coordenadora do Fundo Municipal de Calçoene



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º
ELETRÔNICO Nº 90004/2026 PREGÃO

No dia XXX do mês de XXX do ano de XXX compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.572.207/0001-03, com sede administrativa localizada na Rua. xxxx, xxx, bairro Centro, CEP nº xxx, nesta cidade de Calçoene/AP, representado pelo(a) PREFEITO/A MUNICIPAL, o Sr(a) XXXX inscrito no CPF sob o nº XXXX, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/XXX, Processo licitatório nº XXX/XXX que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de Correlatos e Material Odontológicos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene.**

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços unitários para fornecimento do objeto de registro serão os valores inscritos nesta Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor = razão social						
Item	Especificação	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

3.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

3.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

3.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

3.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços através do sistema de gestão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, PRAZO, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. Os locais de entrega serão definidos mediante a emissão do contrato ou Notas de Empenho ou do instrumento substituto, cujo o prazo máximo de fornecimento será de até 05 (cinco) dias consecutivos contados após o encaminhamento do contrato ou nota de empenho ou do instrumento substituto, que ocorrerá por correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, a não entrega dos produtos no prazo estabelecido incorrerá nas sanções e penalidades previstas no Edital e neste instrumento.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 90 e art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens/produtos, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração, admitida sua assinatura por outros meios legais.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 09, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/produtos, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente para o fornecimento/execução;

9.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Pela Detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.3.1. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1. Por razão de interesse público;

9.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Compete ao Órgão Gestor:

10.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

10.1.2. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos/as materiais/execuções, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

10.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

10.1.4. Emitir a solicitação de fornecimento.

10.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

10.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

10.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

10.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela detentora da ata.

10.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

10.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

10.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.3. Substituir os produtos/serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, salvo prazo diferentemente previsto em



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

10.3.4. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula sexta desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

10.3.6. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapema, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal da Prefeitura Municipal de Itapema e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0/2026

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

Contrato para fornecimento de equipamentos e materiais de consumo médico-odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene, localizado na xxxxxxxx, nº xxxxx, Bairro xxx, AP, em Calçoene, que entre si celebram o Fundo Municipal de Calçoene e a empresa **(nome da empresa em negrito)**.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXX, com sede na Av/Rua xxxxxxxxxxxxxx, nº 640, Bairro xxxxx, Calçoene– AP – CEP: xxxxxx, neste ato representado por sua Secretária, a Sr^a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CONTRATADA: [Nome da empresa contratada], inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2024, do Prefeito da PMC, nos autos do **Processo PMC nº xxxxxxxxx**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de Correlatos e Material Odontológicos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência anexo.

Item	Descrição	Marca	Quant / UND	Vlr Unit	Vlr Total
01					
02					



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Total R\$				

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital Pregão Eletrônico nº xxx/2025 e seus Anexos.
- b) Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

2.1. Após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, que será remetido em formato digital, o prazo estimado para entrega de todos os produtos solicitado será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis para iniciar o procedimento de entrega. O retardamento no fornecimento dos itens, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

2.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene, localizada na Rua Teodoro Antonio Leal, nº 264, Centro, Calçoene-AP, em horário comercial, conforme acordado com a CONTRATANTE.

2.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:

3.1.1. Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.

3.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

3.1.3. Designar servidor ou comissão composta por servidores da PMC para o recebimento e aceitação dos produtos;

3.1.4 Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;

3.1.5 Estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da qualidade mínima dos produtos, cabendo à CONTRATADA cumprir as determinações do CONTRATANTE;

3.1.6. Notificar a Contratada em caso de verificação de alguma irregularidade ao presente Contrato.

3.1.7 A PMC não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

das cláusulas estabelecidas no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da Contratada:

4.2. Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que o fornecimento seja realizado com esmero e perfeição;

4.2.1. A contrata deverá durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, em atenção ao inciso XVI, do art. 92, da Lei 14.133/2021;

4.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

4.4. Entregar todos os materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação;

4.4.1. O retardamento no fornecimento, não justificado, considerar-se-á como infração contratual;

4.5. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;

4.6. A fiscalização da entrega dos produtos por parte da PMC não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

4.7. Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados no desempenho do serviço, ou em contato com eles nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da entrega dos produtos efetivamente.

5.2. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário XXXXXXXXX, e classificada na Natureza de Despesa XXXXXX.

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº XXXXX pela CONTRATANTE, em XX/XX/20XX.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.4. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.5. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento **estimado (xxx/xx/2025)**, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.5.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

5.5.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão respectivamente aos servidores nomeado através de Portaria pela Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Nacional 14.133/2021.

6.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, discriminando, detalhadamente, todos os itens entregues, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

6.8. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo gestor do contrato ou por um servidor por ele designado.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.9. A liquidação e o pagamento serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia, contado do “Atesto” da Nota Fiscal pelo responsável, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

6.9.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.9.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.10. No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA.

6.11. A Nota Fiscal / Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

6.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

6.13. A CONTRATADA deverá estar ciente de que a PMC é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogados sucessivamente, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.1.1. Caso o presente instrumento seja assinado digitalmente, considerar-se-á como data de assinatura o dia em que for inserida a do representante legal da CONTRATANTE.

7.1.2. Se na contratação a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for incluído no período firmado no contrato, conforme artigo 111 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada na forma a seguir:

- I - Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II - Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III - Multa moratória de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por dia subsequente ao trigésimo;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

IV - Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. A sanção declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, a Lei estadual nº 13.800/2001.

8.14. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos produtos for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

8.1.5. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato de fornecimento, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a vigência deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA, ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Secretária da Secretaria Municipal de Saúde de Calçoene, em Calçoene/AP, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALÇOENE
CONTRATANTE

Nome do Representante NOME
DA EMPRESA CONTRATADA



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 PROCESSO Nº 11.694.009/2025

MODELO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca/fabricante	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO
					R\$

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato: Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____
UF: _____ CPF/MF: _____
Cargo/Função: _____ RG nº: _____



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Expedido por: _____ Naturalidade: ____

Nacionalidade: _____

Goiânia, ____ de _____ de 2025.

Representante Legal (com
carimbo da empresa)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO Nº 11.694.009/2025

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Representante Legal (com
carimbo da empresa)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO Nº 11.694.009/2025

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Nacional de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Representante Legal (com
carimbo da empresa)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO Nº 11.694.009/2025

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO CELEBRAÇÃO
DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE DE ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser
microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não
estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação,
não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita
bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

Local e Data

Representante Legal (com
carimbo da empresa)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO Nº 11.694.009/2025

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal (com
carimbo da empresa)



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO nº 11.694.009/2025

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2025, instaurado pelo Processo nº 11.694.009/2025, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº31, de 03 de dezembro de 2009, IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Calçoene, ____ de _____ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ANEXO X

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO nº 11.694.009/2025

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Calçoene, ____ de _____ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ANEXO XI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO nº 11.694.009/2025

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Calçoene, ____ de _____ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ANEXO XII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROCESSO nº 11.694.009/2025

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.
13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).

5. (Nome da empresa) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____ (nome), _____ (qualificar) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Calçoene, _____ de _____ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: